



# Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 61.092.037/0001-81 – Companhia Aberta

## Demonstrações Financeiras de 2023

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### Aviso aos Acionistas

A Administração da Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial (“Eternit” ou “Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Eternit, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto quando indicado ao contrário, são apresentadas em milhares de reais, com base em números consolidados, elaboradas de acordo com as normas contábeis brasileiras, notadamente a Lei nº 6.404/76 e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

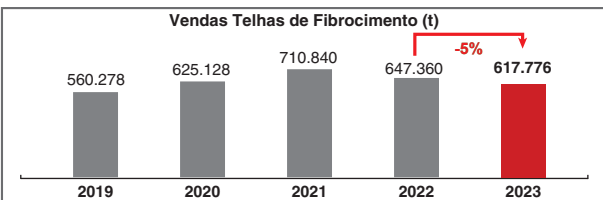
#### Mensagem da Administração

A Eternit encerrou o ano de 2023 registrando um Lucro Líquido de R\$ 127 milhões, contabilizados IRPJ/CSLL diferidos de prejuízo fiscal da controladora de R\$ 80 milhões, provisionados no balanço da Companhia após reversão do ativo em 2019 pela expectativa de não recuperabilidade. O resultado operacional da Companhia em 2023 foi construído em um cenário de retração de vendas da indústria de materiais de construção, cujo faturamento acumulado em 2023 recuou 2,0%, segundo indicador da ABRAMAT. No segmento de fibrocimento, core business da Companhia, as vendas de telhas totalizaram 618 mil toneladas em 2023, recuo de 5% frente ao volume vendido em 2022. Por outro lado, as vendas de sistemas construtivos apresentaram um expressivo crescimento de 18% no ano, evidenciando o potencial desse mercado, associado ao processo de industrialização da construção civil no país. No segmento de fibra de crisotila, as exportações em 2023 totalizaram 189 mil toneladas, queda de 3% quando comparado com o volume exportado em 2022, em função de restrição na disponibilidade de produto decorrente da parada programada para manutenção em abril e do impacto das chuvas em dezembro. Diante deste cenário, a Companhia registrou receita líquida de R\$ 1,1 bilhão, inferior em 5% ao valor apurado em 2022. O EBITDA Recorrente somou R\$ 118 milhões, recuo de 37% em relação ao exercício passado. O 4T23 foi marcado por um evento importante e histórico para a Companhia: após quase 50 anos, a Eternit partiu uma nova fábrica de fibrocimento, em Caucaia-CE, a mais moderna e sustentável do Grupo. A nova unidade industrial iniciou a operação assistida no mês de dezembro, disponibilizando para venda cerca de duas mil toneladas de produto acabado. Com capacidade inicial de 78 mil t/a e investimento de R\$ 187 milhões, já integralmente desembolsado, a nova unidade fortalecerá a posição do Grupo Eternit no mercado da região nordeste do País. Com relação à Recuperação Judicial, a Companhia protocolizou em 18/10/23 petição ao Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, solicitando homologação do Primeiro Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, o qual busca alterar o Plano de Recuperação Judicial homologado em 30/05/2019 exclusivamente no que diz respeito aos credores concursais da Classe I. Adicionalmente, a Companhia também solicitou que, com a homologação do Primeiro Aditamento ao Plano, seja, na mesma decisão, decretado o encerramento da Recuperação Judicial. Não obstante, em 21/11/2023, em benefício da participação dos credores trabalhistas, as Recuperandas solicitaram a convocação de Assembleia Geral de Credores da classe trabalhista, para exposição e deliberação do Primeiro Aditamento. Assim, a Eternit se mantém otimista no êxito de suas solicitações junto ao juiz da causa, inclusive, com o encerramento da Recuperação Judicial. Por fim, no ano de 2023 a Companhia declarou R\$ 21 milhões a título de JCP, referentes aos resultados apurados neste exercício, representando um payout bruto de 51% e uma remuneração bruta de R\$ 0,34/por ação.

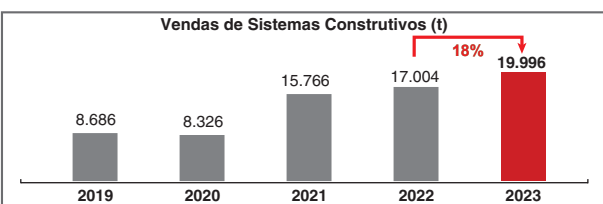
#### Desempenho Operacional

##### Segmento Fibrocimento

Em função do arrefecimento na demanda do setor de materiais de construção, as vendas de telhas de fibrocimento somaram 618 mil toneladas em 2023, recuo de 5% frente ao volume vendido no ano de 2022. Merece destaque o crescimento de 2 p.p. no market share da Eternit no 1523, último dado disponível, estimado com base no volume de venda de cimento para o segmento de fibrocimento reportado pelo Sindicato Nacional da Indústria de Cimento – SNIC.



Em 2023, as vendas de sistemas construtivos, que contempla placas e painéis cimentícios, totalizaram 20 mil toneladas, crescimento de 18% em relação ao volume comercializado em 2022. Nos últimos três anos, o segmento acumula um crescimento médio de 33% a.a., evidenciando o potencial desse mercado, associado ao processo de industrialização da construção civil no país.

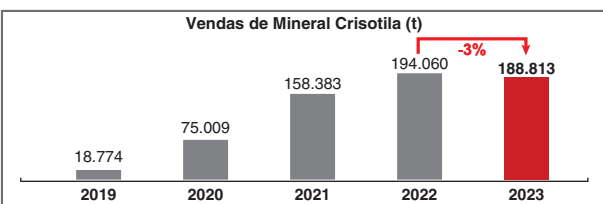


A elevação da capacidade instalada da Companhia, incluindo a aquisição da Confibra, e a retração da demanda na indústria de materiais de construção proporcionaram um nível de ocupação da capacidade produtiva em torno de 60%, elevando o custo fixo unitário em 26% e, por consequência, impactando a margem bruta do segmento de fibrocimento, que recuou 6 p.p., registrando 19% em 2023.

Fibrocimento – R\$ mil	2019	2020	2021	2022	2023	Var. % 2023 x 2022
Receita líquida	421.681	519.989	837.049	781.140	743.462	(4,8)
Lucro bruto	71.107	143.302	326.099	198.824	139.123	(30,0)
Margem bruta	17%	28%	39%	25%	19%	-6 p.p.

##### Segmento Mineral Crisotila

As exportações de fibra crisotila somaram 189 mil toneladas, declínio de 3% frente ao volume exportado em 2022. O recuo se deve a uma menor disponibilidade de produto, consequência da parada programada para manutenção da unidade industrial em abril e do impacto das chuvas em dezembro, que afetaram o nível de produção. Toda produção da fibra crisotila é destinada exclusivamente ao mercado externo, atividade amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, de 16/07/2019.

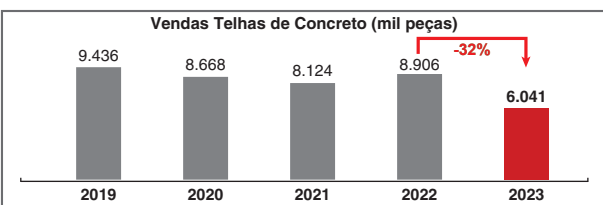


Em 2023, a operação da SAMA aumentou o volume de movimentação de estéril (“recorrência”) visando a manutenção da capacidade produtiva da mina, incorrendo em adicional de custo de cerca de R\$ 9,5 milhões, frente ao valor de 2022. Como consequência, a margem bruta atingiu 43% em 2023, um recuo de 5 p.p. frente a 2022.

Mineral Crisotila – R\$ mil	2019	2020	2021	2022	2023	Var. % 2023 x 2022
Receita líquida	26.306	133.698	268.738	373.160	364.246	(2,4)
Lucro bruto	507	94.566	165.649	178.391	155.218	(13,0)
Margem bruta	2%	71%	62%	48%	43%	-5 p.p.

##### Segmento Telhas de Concreto

Em 2023, as vendas de telhas de concreto totalizaram 6 milhões de peças, recuo de 32% frente ao volume de vendas apurado em 2022. Por outro lado, a margem bruta foi de 19%, avanço de 8 p.p. em relação a 2022. O crescimento da margem se deve à elevação do preço médio (+25%) e redução dos custos fixos desembolsáveis (-11%).

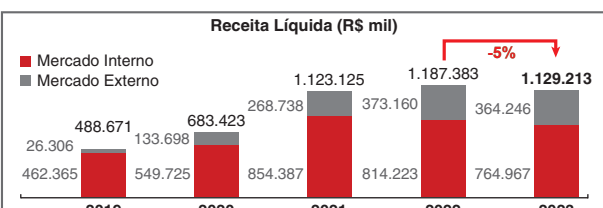


Telhas Concreto – R\$ mil	2019	2020	2021	2022	2023	Var. % 2023 x 2022
Receita líquida	16.104	15.315	16.719	21.725	18.768	(13,6)
Lucro bruto	1.315	1.317	3.000	2.425	3.522	45,2
Margem bruta	8%	9%	18%	11%	19%	8 p.p.

#### Desempenho Financeiro Consolidado

##### Receita Líquida

A receita líquida atingiu R\$ 1,1 bilhão em 2023, registrando um recuo de 5% frente ao resultado de 2022. O arrefecimento na demanda da indústria de materiais de construção fez com que as vendas no segmento de fibrocimento recuassem 6%, acarretando em uma receita líquida de R\$ 765 milhões em 2023. Com relação ao mercado externo, as exportações de fibra crisotila somaram uma receita líquida de R\$ 364 milhões em 2023, retração de 2% quando comparado a 2022. O recuo se deveu ao pagamento da contribuição ao FUNDEINFRA, taxa instituída pelo Governo de Goiás em 2023 que impactou a receita líquida em R\$ 7,5 milhões, e à limitação na disponibilidade de produto pelas questões operacionais.

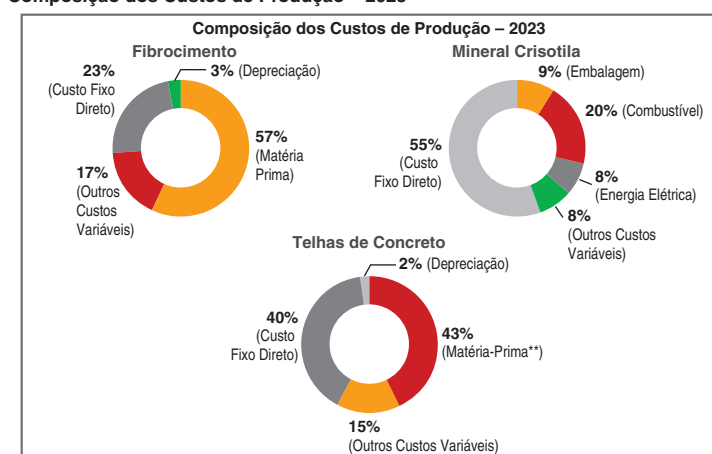


#### Custo dos Produtos e Mercadorias Vendidos

No exercício de 2023, os custos dos produtos e mercadorias vendidos (CPV) somaram R\$ 838 milhões, representando 74% da receita líquida, um crescimento de 5 p.p. frente ao ano de 2022. Esse aumento se deve principalmente às seguintes fatores: (i) no segmento de fibrocimento, baixa ocupação da capacidade instalada, ampliando a relevância dos custos fixos na apuração da margem bruta; e (ii) no segmento crisotila, aumento dos gastos com movimentação de estéril (“recorrência”).

Consolidado – Var. mil	2019	2020	2021	2022	2023	Var. % 2023 x 2022
Receita líquida	488.671	683.423	1.123.125	1.187.383	1.129.213	(4,9)
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	(420.101)	(456.079)	(632.075)	(815.442)	(838.412)	(2,8)
Lucro bruto	68.570	227.344	491.050	371.941	290.801	(21,8)
Margem bruta	14%	33%	44%	31%	26%	-5 p.p.

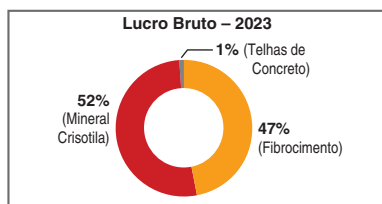
#### Composição dos Custos de Produção – 2023



\* Matéria-prima – Fibrocimento: 45% cimento; 33% resina de PP; 16% celulose e 6% calcário;  
\*\* Matéria-prima – Telhas de Concreto: 46% cimento; 22% areia e 31% outros.

#### Lucro Bruto

Em 2023, o lucro bruto somou R\$ 291 milhões, retração de 22% quando comparado com o mesmo período de 2022, reflexo de: (i) menor ocupação da capacidade instalada no segmento de fibrocimento; (ii) laxação da receita de exportação da SAMA (FUNDEINFRA); (iii) aumento dos gastos com movimentação de estéril na extração de crisotila.



#### Despesas com Vendas

As despesas com vendas somaram R\$ 115 milhões em 2023, crescimento de R\$ 6,8 milhões (+6%) frente a 2022, influenciada principalmente, pela constituição atípica de PECLD na carteira de recebíveis de exportação contabilizada no 2T23, com valor acumulado de R\$ 7,8 milhões no ano.

Consolidado – R\$ mil	2019	2020	2021	2022	2023	Var. % 2023 x 2022
Receita Líquida	488.671	683.423	1.123.125	1.187.383	1.129.213	(4,9)
Despesas com vendas	50.698	60.499	94.141	108.640	115.423	6,2
% da Receita Líquida	10%	9%	8%	9%	10%	1 p.p.

#### Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 97 milhões, apresentando uma redução de R\$ 6 milhões (-5,7%), frente a uma inflação de 4,46% no período (IPCA), refletindo, sobretudo, uma redução na contratação de serviços de terceiros e reversão de provisão constituída relativo ao benefício pós-emprego concedido a ex-colaboradores.

#### Outras (receitas)/Despesas Operacionais

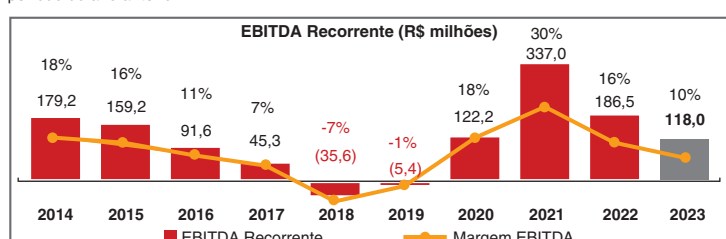
As outras (receitas)/despesas operacionais resultaram, em 2023, em uma despesa de R\$ 3,7 milhões, frente a uma receita de R\$ 16 milhões apurada em 2022. Cabe lembrar que a receita apurada em 2022 foi beneficiada pela venda de ativo imobilizado não operacional, que registrou uma receita não recorrente de R\$ 14,5 milhões, e pela contabilização de créditos extemporâneos no montante de R\$ 5 milhões.

Consolidado – R\$ mil	2019	2020	2021	2022	2023	Var. % 2023 x 2022
Despesas com vendas	50.698	60.499	94.141	108.640	115.423	6,2
Despesas gerais e administrativas (1)	69.174	82.320	96.855	102.647	96.763	(5,7)
Outras (receitas) despesas operacionais	(77.937)	(104.089)	(45.595)	(15.950)	3.719	-
Total das despesas operacionais	41.935	38.730	145.401	195.337	215.905	10,5

(1) Contempla remuneração da Administração

#### EBITDA

O EBITDA Recorrente1, que mensura o resultado operacional da Companhia desconsiderando os eventos não recorrentes, totalizou R\$ 118 milhões no encerramento de 2023, recuo de 37% quando comparado com o valor registrado em 2022. O EBITDA Recorrente foi impactado, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) redução do resultado do segmento de fibrocimento decorrente da baixa ocupação da capacidade instalada; (ii) redução do resultado das exportações da fibra crisotila pela elevação dos gastos com recorrência e substituição da contribuição ao FUNDEINFRA pelo estado de Goiás; e (iii) constituição atípica de PECLD na carteira de recebíveis de exportação contabilizada no 2T23. Assim, a margem EBITDA recorrente atingiu 10%, retração de 6 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.



(1) Contempla remuneração da Administração

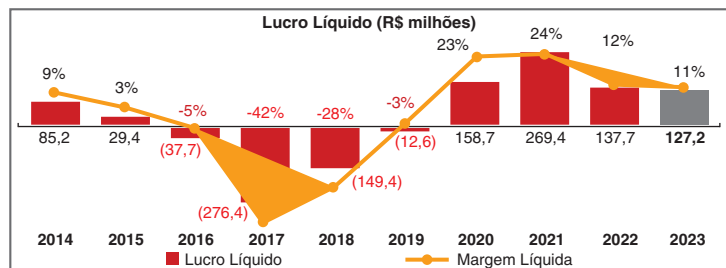
#### Resultado Financeiro

No encerramento de 2023, o resultado financeiro líquido gerou uma despesa de R\$ 12 milhões, crescimento de 3% em relação ao valor apurado 2022. A elevação da despesa financeira foi consequência dos seguintes fatores: (i) redução de disponibilidade de caixa em aplicações financeiras; e (ii) juros referentes a antecipações de recebíveis de exportação (ACE) e do financiamento bancário de longo prazo, ambas as dívidas contratadas para fazer frente ao projeto da nova fábrica de fibrocimento em Caucaia-CE. Cabe destacar ainda, a redução da variação cambial sobre os recebíveis em moeda estrangeira em R\$ 12,8 milhões, fruto da aplicação da política de hedge, que utiliza trava cambial como instrumento de proteção.

Consolidado – R\$ mil	2019	2020	2021	2022	2023	Var. % 2023 x 2022
Receitas financeiras	(26)	(528)	(9.261)	14.894	4.457	(70,1)
Aplicação Financeira	(26)	(528)	(9.261)	14.894	4.457	(70,1)
Despesas Financeiras	10.501	6.513	4.207,0	(3.835)	(10.456)	165,7
Juros da Dívida Concursal	5.731	4.431	4.207	(2.380)	(9,6)	-
Juros de Financiamento	4.770	2.082	-	(1.555)	(6.304)	434,0
Outras	(18.245)	(11.825)	3.989	(9.498)	(6.722)	(39,8)
Líquido de variações cambiais	731	804	(310)	(13.061)	(213)	(98,4)
Resultado financeiro líquido	(7.038)	(5.037)	(1.375)	(11.600)	(11.934)	2,9

#### Lucro Líquido

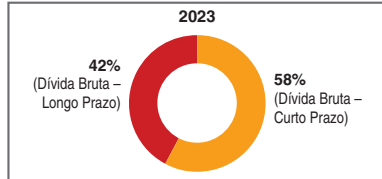
Em 2023, o Lucro Líquido, somou R\$ 127 milhões, contabilizados IRPJ/CSLL diferidos de prejuízo fiscal da controladora de R\$ 80 milhões, provisionados no balanço da Companhia depois de 4 anos que tinha sido revertidos pela não expectativa de recuperabilidade.



(1) EBITDA: medida de desempenho operacional de acordo com a Instrução CVM 156/22  
(2) EBITDA Recorrente: é um indicador utilizado pela Administração para analisar o desempenho econômico operacional nos negócios controlados integralmente pela Companhia excluindo os eventos não recorrentes.

#### Caixa Líquido e Endividamento

A Companhia encerrou o exercício de 2023 com endividamento líquido de R\$ 126 milhões, frente a uma posição de caixa líquido de R\$ 28 milhões registrado no encerramento de 2022. O aumento no endividamento líquido se deve às captações realizadas pela Companhia para fazer frente ao projeto da nova unidade de fibrocimento de Caucaia-CE.

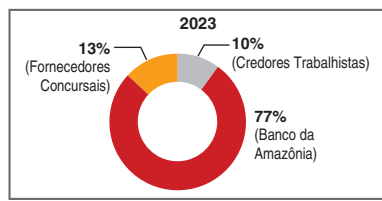


No fechamento de 2023, o endividamento bruto da Companhia totalizou R\$ 142 milhões, sendo constituído por: (i) Linhas de longo prazo, em Emprestimo contratado junto ao Banco da Amazônia (BASA), para funding da unidade da Eternit da Amazônia (R\$ 29,5 milhões); b. Emprestimo FINAME contratado junto ao Banco Daycoval, (R\$ 33,2 milhões); c. CCE contratado junto ao Banco Sofisa (R\$ 11,3 milhões); (ii) Adiantamento Sobre Cambiais Entregues – ACE (R\$ 68,2 milhões).

Dívida (Caixa) Líquido – R\$ mil	2019	2020	2021	2022	2023	Var. % 2023 x 2022
Dívida bruta – curto prazo	49.812	-	3.911	26.296	82.746	214,7
Dívida bruta – longo prazo	63.762	66.388	33.485	58.295	59.551	2,2
Total da dívida bruta	113.574	66.388	37.396	84.591	142.297	68,2
(c) Disponibilidades	9.358	81.175	218.864	112.469	16.539	(85,3)
Dívida (Caixa) líquida	104.216	(14.787)	(181.468)	(27.878)	125.758	-

#### Dívida Concursal

No decorrer de 2023, a Companhia realizou pagamentos de aproximadamente R\$ 6,1 milhões aos credores concursais da classe II e III. Assim, no fechamento de 2023 a dívida concursal totalizou cerca de R\$ 38,5 milhões, incluindo a parcela de US\$ 125 mil, convertida à taxa de R\$ 4,84: 1 USD, sendo: • Credores Classe I: R\$ 3,9 milhões, referentes a novos créditos trabalhistas habilitados; • Classe II: R\$ 29,5 milhões, relativos ao empréstimo contratado junto ao Banco da Amazônia, para financiamento da unidade de Manaus (amortização mensal e juros pré-fixados de 7% a.a.); • Credores Classes III e IV: R\$ 5,1 milhões, sendo que R\$ 4,2 milhões referentes a fornecedores que não se apresentaram para recebimento.



Classes	Saldo Aprovado no Plano RJ	Haircut	Dação	Novos Créditos Habilitados (Desabilitados)	Juros/Encargos	Pagamentos realizados	Saldo Final
Classe I – Credores Trabalhistas – R\$ mil	6.466	-	-	7.808	-	(10.365)	3.909
Classe II – Credores com Garantia Real – R\$ mil	36.225	-	-	-	11.493	(18.195)	29.523
Classe III – Credores Quirográficos	-	-	-	-	-	-	-
Opção A – R\$ mil	107.672	(17.314)	(40.400)	(1.157)	3.524	(48.844)	3.481
Opção A – US\$ mil	953	-	-	(520)	1	(309)	125
Opção B – R\$ mil	84.097	(37.839)	-	-	3.242	(49.500)	-
Opção B – US\$ mil	1.696	(763)	-	-	5	(938)	-
Classe IV – Credores Microempresas – R\$ mil	4.612	-	-	-	71	(3.677)	1.006
Total em R\$ mil	239.072	(55.153)	(40.400)	6.651	18.330	(130.581)	37.919
Total em US\$ mil	2.649	(763)	-	(520)	6	(1.247)	125

#### Recuperação Judicial

Em 18 de outubro de 2023, a Companhia protocolizou petição ao Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, solicitando homologação do Primeiro Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, o qual busca alterar o Plano de Recuperação Judicial homologado judicialmente em 30 de maio de 2019, exclusivamente no que diz respeito aos credores concursais trabalhistas (Classe I). Não obstante, em 21 de novembro de 2023, em benefício da participação dos credores trabalhistas, as Recuperandas solicitaram a convocação de Assembleia Geral de Credores da classe trabalhista, na forma

... continuação

**Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**  
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.948	3.485	16.539	112.469
Contas a receber	4	58.705	68.499	179.857	227.705
Estoque	5	83.301	114.237	168.259	209.822
Tributos a recuperar	6	24.985	26.003	140.904	107.735
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.(ii)	1.850	–	1.850	–
Partes relacionadas	9	256.195	261.101	–	–
Adiantamento a fornecedores	2.433	1.901	27.187	39.427	–
Outros ativos circulantes	16.138	4.695	33.439	17.149	–
		<b>447.555</b>	<b>479.921</b>	<b>568.035</b>	<b>714.307</b>
Ativos mantidos para a venda	10	–	–	–	1.023
<b>Não circulante</b>					
Depósitos judiciais	8	8.294	8.480	12.778	12.879
Tributos a recuperar	6	2.227	2.695	22.597	37.268
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.(ii)	77.675	–	64.712	–
Partes relacionadas	9	4.044	2.626	–	–
Outros ativos não circulantes	139	140	1.844	–	1.595
Investimentos	8	385.609	387.951	–	–
Ativo de direito uso	13	–	–	16.069	15.920
Imobilizado	11	167.666	164.625	538.283	355.359
Intangível	12	123	281	79.048	83.316
		<b>645.777</b>	<b>566.798</b>	<b>732.331</b>	<b>506.937</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.093.332</b>	<b>1.046.719</b>	<b>1.300.366</b>	<b>1.222.267</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022** (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Participação dos acionistas controladores	Total do patrimônio líquido				
		Reserva Estatutária	Reserva Legal de Lucros								
<b>SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2022</b>		<b>438.082</b>	<b>(174)</b>	<b>69.927</b>	<b>8.221</b>	<b>8.221</b>	<b>59.417</b>	<b>(20.449)</b>	<b>563.245</b>	<b>110</b>	<b>563.355</b>
Lucro do exercício		–	–	–	–	–	137.602	–	137.602	111	137.713
Subvenção para investimentos	20.v	–	–	11.166	–	–	(11.166)	–	–	–	–
Constituição de reservas		–	–	–	6.880	6.880	75.055	–	(88.815)	–	–
Perda na atualização do plano de benefício definido		–	–	–	–	–	–	12.962	(12.962)	(111)	(12.962)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>		<b>438.082</b>	<b>(174)</b>	<b>81.093</b>	<b>15.101</b>	<b>15.101</b>	<b>134.472</b>	<b>(7.487)</b>	<b>676.188</b>	<b>110</b>	<b>676.298</b>
<b>SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2023</b>		<b>438.082</b>	<b>(174)</b>	<b>81.093</b>	<b>15.101</b>	<b>15.101</b>	<b>134.472</b>	<b>(7.487)</b>	<b>676.188</b>	<b>110</b>	<b>676.298</b>
Lucro do exercício		–	–	–	–	–	127.181	–	127.181	40	127.221
Subvenção para investimentos	20.v	–	–	4.388	–	–	(4.388)	–	–	–	–
Constituição de reservas		–	–	–	6.359	6.359	79.269	–	(91.987)	–	–
Perda na atualização do plano de benefício definido		–	–	–	–	–	–	(2.450)	(2.450)	(41)	(2.450)
Compra de ações em tesouraria		–	(416)	–	–	–	–	(416)	(416)	–	(416)
Juros sobre o capital próprio		–	–	–	–	–	(20.735)	–	(20.735)	(41)	(20.776)
Dividendos obrigatórios declarados		–	–	–	–	–	(10.071)	–	(10.071)	–	(10.071)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>		<b>438.082</b>	<b>(590)</b>	<b>85.481</b>	<b>21.460</b>	<b>21.460</b>	<b>213.741</b>	<b>(9.937)</b>	<b>769.697</b>	<b>109</b>	<b>769.806</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022** (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		45.851	128.711	62.962	165.003
Ajustes para conciliar o lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	8	(39.389)	(99.288)	–	–
Depreciação e amortização	23 e 24	16.783	14.283	37.652	22.222
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis		314	2.178	1.911	1.981
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	23	1.820	2.036	9.878	2.406
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	5	369	(560)	1.967	95
Perda estimada para redução ao valor recuperável		–	–	(4.657)	–
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	19	(940)	(2.780)	(48)	(1.592)
Provisão para benefícios pós-emprego		(1.964)	(466)	(2.591)	(474)
Provisão para desmobilização da mina		–	–	1.774	709
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		5.688	4.588	11.723	11.642
		<b>28.532</b>	<b>48.702</b>	<b>120.571</b>	<b>201.992</b>
<b>Aumento/(redução) nos ativos operacionais:</b>					
Contas a receber		7.974	(1.872)	35.584	(52.410)
Partes relacionadas a receber		3.488	32.556	–	–
Estoques	5	30.567	2.435	39.596	8.549
Tributos a recuperar		2.502	45.002	(14.802)	10.820
Depósitos judiciais		186	(1.482)	101	(1.869)
Disponível para venda		–	–	1.023	3.822
Outros ativos		(11.975)	784	(4.299)	(4.927)
<b>(Redução/aumento) nos passivos operacionais:</b>					
Fornecedores		587	(5.381)	8.436	7.012

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022** (Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

**1 Contexto operacional**

A Eternit S.A. – Em recuperação judicial (“Companhia” ou “Eternit”) fundada em 1940 e com sede na cidade de São Paulo-SP é uma sociedade anônima de capital aberto com ações listadas no Novo Mercado, negociadas sob o ticker ETER3 na B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão (“B3”). Reconhecida no mercado brasileiro como a “marca da coruja”, a Eternit é líder de mercado na comercialização de telhas e sistemas construtivos de fibrocimento, além de ter atuação na industrialização e comercialização de produtos de cimento, concreto, telhas solares, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios. A Companhia e suas controladas denominadas (“Grupo”) têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos para os segmentos de coberturas (telhas de fibrocimento, telhas de concreto e telhas solares) e de soluções construtivas (placas cimentícias e painel wall), bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios. Além disso, atua na exploração e beneficiamento de fibra mineral da variedade crisólita destinada exclusivamente ao mercado externo. Atualmente, a Eternit possui seis parques industriais de fibrocimento em operação, sendo localizados nas cidades de Colombo-PR, Hortolândia-SP, Rio de Janeiro-RJ, Goiânia-GO, Simões Filho-BA e Caucaia-CE, além de uma planta industrial em Manaus-AM, responsável pela produção da fibra sintética de polipropileno (PP), tendo como principal destinação a demanda cativa das unidades de fibrocimento. Além dos parques industriais de fibrocimento e da unidade de fibra de PP, a Companhia possui uma unidade industrial de telha de concreto e uma unidade de demonstração de telhas solares, ambas localizadas na cidade de Atibaia-SP. Por fim, a Companhia, através de sua controlada Sama Minerações, possui uma mineradora localizada na cidade de Minaçu-GO, responsável pela exploração e beneficiamento de crisólita com vendas destinadas exclusivamente ao mercado externo. Com capital pulverizado, sem acordo de acionistas ou grupo controlador, a Companhia tem como acionistas pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações. As demonstrações consolidadas do Grupo incluem as informações contábeis da Eternit S.A. e as de suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme descrito a seguir:

Controlada	Participação (%)	Tipo de Controle	Localização/Sede	Atividade principal
Sama S.A. Minerações Associadas	100	Direto	Minaçu/GO	Mineração, exploração e beneficiamento da fibra crisólita destinada ao mercado externo.
Tégula S.A.	100	Direto	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, bem como peças e acessórios.
Precon Goiás Industrial Ltda.	100	Direto	Anápolis/GO	Operação descontinuada em 2019.
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	100	Direto	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais e comerciais.
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	100	Direto	Manaus/AM	Industrialização e comercialização de fibras sintéticas de polipropileno utilizadas em materiais de construção.
Confibra Indústria e Comércio Ltda.	100	Direto	Hortolândia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de fibrocimento para uso na construção.
Atena Consultoria e Participações Ltda.	100	Indireto	São Paulo/SP	Gestão do patrimônio e administração dos investimentos do grupo.
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	100	Indireto	São Paulo/SP	Gestão do patrimônio e administração dos investimentos do grupo.
Engedris Distribuição Ltda.	100	Indireto	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica.
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. “CSC”	100	Direto	Caucaia/CE	Industrialização e comercialização de telhas de fibrocimento para uso na construção.
Tégula Solar S/A.	100	Indireto	Atibaia/SP	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, bem como peças e acessórios.

Os principais produtos industrializados e comercializados pelo Grupo, assim como informações por segmento, estão descritos na Nota Explicativa nº 26. 1.1. **Recuperação Judicial:** A Companhia, juntamente com suas controladas, ajuizou um pedido de recuperação judicial em 19 de março de 2018, perante a Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05. A decisão de ajuizamento foi aprovada pelos acionistas da Companhia e pelo Conselho de Administração em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2018, e deferida pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo em 16 de abril de 2018, cuja decisão foi publicada em 03 de maio de 2018. A versão final do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) foi apresentada em 25 de abril de 2019, a qual foi aprovada em Assembleia Geral de Credores em 29 de maio de 2019. O Plano foi homologado pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP em 30 de maio de 2019, sendo a decisão publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 11 de junho de 2019, data em que se iniciaram os prazos para cumprimento do respectivo plano que contempla quatro classes, a saber: A Classe I de credores contempla os titulares de créditos trabalhistas, cujos pagamentos foram divididos em três categorias: (I) Crédito trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de cinco salários-mínimos com prazo de pagamento em 30 dias após a homologação do plano; (II) Demais valores até o limite de R\$ 250 mil serão pagos integralmente em até 12 meses; (III) Saldos excedendo R\$ 250 mil serão quitados com novas ações emitidas pela Companhia, ou no caso de exercício do direito de preferência pelos acionistas, com os recursos obtidos com o aumento de capital. Após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, alguns credores trabalhistas interuseram agravo de instrumento contra a decisão de homologação em razão da forma de pagamento prevista (pagamento linear até o montante de R\$ 250 mil e o saldo remanescente acima de R\$ 250 mil após pagamento linear por meio de emissão de ações decorrente do aumento do capital da controladora Eternit). Em função de uma decisão desfavorável proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), o Grupo opôs embargos de declaração a fim de questionar a decisão, já que esse entendimento é contrário ao entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Enunciado XIII do próprio TJSP. Os embargos foram julgados e rejeitados pelo TJSP, levando a Companhia a ingressar com recurso especial no STJ. Paralelamente, o juiz autorizou o pagamento dos créditos trabalhistas com os recursos obtidos no aumento

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	14	28.450	27.769	75.981	65.116
Empréstimos e financiamentos	15	9.528	2.247	82.746	26.296
Partes relacionadas	9	32.221	48.016	–	–
Obrigações com pessoal	16	19.878	20.631	31.852	29.480
Dividendos e juros sobre o capital próprio	20.(iv)	24.845	17.737	24.881	17.763
Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	11.126	16.455	20.730	30.722
Provisão para benefício pós-emprego	32	3.227	3.191	6.927	6.947
Obrigações de arrendamento	13	–	–	3.607	3.607
Outros passivos circulantes	18	21.758	60.985	49.559	104.233
		<b>151.033</b>	<b>197.031</b>	<b>296.283</b>	<b>284.164</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	15	23.747	28.746	59.551	58.295
Partes relacionadas	9	22.981	26.722	–	–
Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	2.406	6.666	14.477	22.377
Obrigações com pessoal	16	5.681	6.385	5.930	6.779
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	19	49.716	50.656	68.817	69.914
Provisão para benefício pós-emprego	32	29.970	29.399	61.119	61.241
Provisão para desmobilização da mina	33	–	–	11.756	9.982
Obrigações de arrendamento	13	–	–	12.627	12.340
Provisão para perdas em investimentos	8	38.101	24.926	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.(ii)	–	–	–	20.877
		<b>172.602</b>	<b>173.500</b>	<b>234.277</b>	<b>261.805</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	20.(i)	438.082	438.082	438.082	438.082
Reservas de capital		85.481	81.093	85.481	81.093
Ações em tesouraria	20.(ii)	(590)	(174)	(590)	(174)
Reservas de lucros		256.661	164.674	256.661	164.674
Outros resultados abrangentes		(9.937)	(7.487)	(9.937)	(7.487)
<b>Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores</b>		<b>769.697</b>	<b>676.188</b>	<b>769.697</b>	<b>676.188</b>
Participação dos acionistas não controladores		–	–	109	110
		<b>769.697</b>	<b>676.188</b>	<b>769.806</b>	<b>676.298</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.093.332</b>	<b>1.046.719</b>	<b>1.300.366</b>	<b>1.222.267</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022** (Em milhares de Reais – exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receita líquida</b>					
Custos dos produtos e mercadorias vendidos, e dos serviços prestados	23	(520.514)	(556.799)	(838.412)	(815.442)
<b>Lucro bruto</b>		<b>117.164</b>	<b>160.375</b>	<b>290.801</b>	<b>371.941</b>
<b>Recargas/(despesas) operacionais</b>					
Despesas com vendas	23	(51.078)	(54.963)	(115.423)	(108.640)
Gerais e administrativas	23	(37.795)	(47.914)	(83.119)	(90.050)
Remuneração da administração	23	(11.022)	(11.148)	(13.644)	(12.597)
Outras recargas/(despesas) operacionais, líquidas	24	(2.380)	(8.543)	(3.719)	15.950
Resultado da equivalência patrimonial	8	39.389	99.288	–	–
		<b>(62.886)</b>	<b>(23.280)</b>	<b>(215.905)</b>	<b>(195.337)</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>54.278</b>	<b>137.095</b>	<b>74.896</b>	<b>176.604</b>
Resultado financeiro	25	(8.427)	(8.384)	(11.934)	(11.600)
<b>Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>45.851</b>	<b>128.711</b>	<b>62.962</b>	<b>165.004</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>					
Correntes	21.(i)	–	–	(2.293)	(40.790)

... continuação

aguarda a decisão do STF quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 6.200) proposta pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho em Brasília. Em junho de 2023, as ADIs nº 3.406 e nº 3.470, ajuizadas pela CNTT, mencionadas acima, transleram em julgado, tendo sido reconhecida a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei Federal 9055/95, com efeitos nacionais, o que em nada impacta nas atividades de exportação da Sama, uma vez que as mesmas estão amparadas pela Lei do Estado de Goiás nº 20.514.

**2 Base para preparação, apresentação das demonstrações contábeis e políticas contábeis materiais**

As elaboradas as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou critérios de divulgação baseados em regulamentos, relevância das transações e mudanças observadas na posição patrimonial, econômica e financeira, bem como desempenho da Companhia e de suas controladas. **2.1 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Pronunciamento	Alterações/Aprimoramentos
Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros	Eclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023
Alteração na norma IAS 1/ CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-la.
Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro;	(i) Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação Eclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais (ii) Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two Eclarecimento das alterações que introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo Pillar Two.
Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros	Eclarecimentos à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros

As alterações foram avaliadas pela Administração da Companhia, não havendo efeito nas demonstrações contábeis quanto à sua aplicação. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2023. a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) – acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 – esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 – esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) – esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) – exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025. A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida em que os normativos estiverem regulamentados pela CVM. **2.2 Declaração de conformidade e base para preparação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards - "IFRS"*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")*, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes das demonstrações contábeis e políticas contábeis, estão sendo apresentadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Todavia, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **2.3. Base de apresentação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito a seguir: (i) O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos; (ii) As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); **2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais e de indicar e destituir a maioria dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. A Administração da Eternit, baseada nos estatutos, controla as empresas listadas na Nota Explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas entidades. A participação dos acionistas não controladores nas empresas consolidadas é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, o resultado das controladas é reconhecido através do método de equivalência patrimonial. Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações: (i) Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros; (ii) Participações em empresas controladas pelo método de custo histórico, exceto quando a entidade social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas informações contábeis intermediárias consolidadas. As transações entre a Companhia e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes. Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. **2.5. Aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram recomendadas pelo Comitê de Auditoria não Estatutário, aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração e ratificadas pelo Conselho Fiscal da Companhia em 27 de fevereiro de 2024. **2.6. Práticas contábeis materiais:** Na aplicação das práticas contábeis materiais do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na melhor informação histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. **2.6.1. Política contábil geral:** a) Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. b) Moeda estrangeira: Na elaboração das demonstrações contábeis de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício do relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconhecidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconhecidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente na data da transação. c) Dividendos e Juros sobre o capital próprio: O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% limitada a 20% do capital social e dos incentivos fiscais, conforme a Lei das Sociedades Anônimas. Adicionalmente, a Companhia, poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas de 5% limitada a 10% do capital social, além das reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido e são imputados ao dividendo mínimo obrigatório conforme legislação vigente. As demais políticas contábeis estão apresentadas individualmente em suas respectivas rubricas a saber:

**3 Caixa e equivalentes de caixa**

**Política contábil:** Os saldos apresentados de caixa e equivalentes de caixa consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente convertíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras, são representadas por investimentos temporários que serão mantidos até as suas datas de vencimento, com conversibilidade em caixa em mais de 90 dias da data da aplicação, e estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações contábeis, que não excedem o valor de mercado ou de realização.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	3.948	3.485
Aplicações financeiras (i)	–	–
	<b>3.948</b>	<b>3.485</b>

(i) Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras automáticas foram remuneradas pela taxa de 11,10% a.a. (5,27% a.a. em 31 de dezembro de 2022), já as aplicações em CDB foram remuneradas pela taxa média de 104,00% do CDI (103,39% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

**4 Contas a receber**

**Política contábil:** São registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, quando aplicável, deduzidas das Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD"). As contas a receber no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações contábeis. O montante de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa foi estimado com base na análise de risco dos créditos, que contempla histórico de perdas, percentual de inadimplência médio, situação individual dos clientes, situação do grupo econômico ao qual pertencem. As garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos, também é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Mercado interno	62.828	70.888
Mercado externo (i) e (ii)	–	–
	<b>62.828</b>	<b>70.888</b>

Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (iii)

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
	(4.123)	(2.889)
	<b>58.705</b>	<b>68.499</b>

(i) Exportações da fibra mineral da variedade crisotila, amparada pela lei do estado de Goiás nº 20.514, de julho de 2019 e regulamentada pelo Decreto nº 9.518 de setembro de 2019. (ii) Possui a contratação de instrumentos financeiros não derivativo (Trava de Câmbio), que tem como objetivo, garantir a liquidação financeira da carteira de recebíveis preservando a taxa de câmbio da data do embarque da mercadoria. (iii) Do valor registrado no consolidado, R\$ 7.514 se referem a inadimplência de dois clientes pontuais da controlada Sama, cujo já foram acionados judicialmente pela Companhia. Composição do saldo de contas a receber por tipo de vencimento:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
<b>A vencer:</b>		
Até 1 ano	53.727	62.924
<b>Valores vencidos:</b>		
Entre 91 e 180 dias	4.376	4.784
Entre 181 e 360 dias	1.096	1.116
Acima de 360 dias	3.012	1.337
	<b>62.828</b>	<b>70.888</b>

Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
	(4.123)	(2.889)
	<b>58.705</b>	<b>68.499</b>

Movimentação das Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) sobre as contas a receber:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
<b>Saldo inicial</b>	(2.389)	(650)
Adições	(4.889)	(2.883)
Reversões	3.069	847
Baixa definitiva (i)	86	297
<b>Saldo final</b>	<b>(4.123)</b>	<b>(2.389)</b>

**5 Estoques**

**Política contábil:** São demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável. Os custos são compostos pelos custos diretos de materiais e, se aplicável, pelos custos diretos de mão de obra e pelos custos gerais incorridos para trazê-los as suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados para conclusão e

**Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial**

custos necessários para a comercialização, venda e distribuição dos estoques. A perda estimada para redução do valor realizável líquido considera: a provisão para a realização dos itens de estoque cujo preço de venda estimado é abaixo do custo de produção, e também para aqueles itens de giro lento e que poderão se tornar obsoletos.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Produtos acabados	38.062	47.409
Produtos semiacabados	15.480	22.256
Mercadorias para revenda	926	1.598
Matérias-primas	15.729	29.962
Materiais auxiliares	18.469	18.008
(-) Perda para redução ao valor realizável líquido	(5.365)	(4.996)
	<b>83.301</b>	<b>114.237</b>

A movimentação da perda para redução ao valor realizável líquido dos estoques está assim representada:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
<b>Saldo inicial</b>	(4.996)	(5.556)
Adições	(1.995)	(1.554)
Reversões	1.626	2.114
<b>Saldo final</b>	<b>(5.365)</b>	<b>(4.996)</b>

**6 Tributos a recuperar**

**Política Contábil:** Os tributos a recuperar são registrados quando existe um direito legal para a Companhia. Ativos contingentes com probabilidade de recuperação possível, que resultem de eventos passados, cuja existência somente será confirmada, ou não, pela ocorrência de eventos futuros incertos, não são registrados. Os saldos de tributos a recuperar são apresentados líquidos das perdas estimadas de créditos tributários e da recuperabilidade. Os impostos a recuperar representam os direitos que serão realizados por meio de compensações com obrigações futuras provenientes das operações da Companhia. A Companhia revisa continuamente a capacidade de realização desses ativos e, quando necessário, provisões são constituídas para assegurar que esses ativos sejam contabilizados com base no seu valor realizável.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS(I)	3.410	3.143
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	10	10
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ (iv)	17.231	15.035
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL(iv)	5.383	4.577
Incentivos Fiscais (iii)	149	4.642
Tributos sobre importações – PIS (ii)	27	189
Programa de integração social – PIS (ii)	–	–
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS (i)	–	–
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	–	–
Instituto nacional do seguro social- INSS	156	107
Outros	846	995
	<b>27.212</b>	<b>28.698</b>

Circulante

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
	24.985	26.003
Não circulante	2.227	2.695

(i) Do montante registrado na rubrica do consolidado, R\$ 34.097 referem-se a créditos gerados na controlada Sama com operação totalmente dedicada ao mercado externo. A compensação do crédito poderá ser realizada de acordo com as possibilidades previstas na IN nº 715/2005 do Estado de Goiás. (ii) Do montante registrado na rubrica do consolidado, R\$ 49.333 referem-se a créditos gerados na controlada Sama com operação totalmente dedicada ao mercado externo e R\$ 13.983 referem-se a créditos decorrentes de um mandato de segurança que obteve trânsito em julgado favorável, que permitiu a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e do COFINS. O pedido de habilitação foi homologado pela FNEF. Todos os créditos estão sendo compensados através de declaração de compensação com tributos federais. (iii) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelo programa de incentivos fiscais "Produzir". (iv) O montante contempla saldo negativo de IRPJ e CSLL do grupo, a ser compensado com outros tributos federais.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS (i)	–	–
Programa de integração social – PIS (ii)	–	–
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS (i)	–	–
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	–	–
Instituto nacional do seguro social- INSS	156	107
Outros	846	995
	<b>27.212</b>	<b>28.698</b>

(i) Do montante registrado na rubrica do consolidado, R\$ 34.097 referem-se a créditos gerados na controlada Sama com operação totalmente dedicada ao mercado externo. A compensação do crédito poderá ser realizada de acordo com as possibilidades previstas na IN nº 715/2005 do Estado de Goiás. (ii) Do montante registrado na rubrica do consolidado, R\$ 49.333 referem-se a créditos gerados na controlada Sama com operação totalmente dedicada ao mercado externo e R\$ 13.983 referem-se a créditos decorrentes de um mandato de segurança que obteve trânsito em julgado favorável, que permitiu a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e do COFINS. O pedido de habilitação foi homologado pela FNEF. Todos os créditos estão sendo compensados através de declaração de compensação com tributos federais. (iii) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelo programa de incentivos fiscais "Produzir". (iv) O montante contempla saldo negativo de IRPJ e CSLL do grupo, a ser compensado com outros tributos federais.

**7 Combinação de negócios**

**Confibra Indústria e Comércio Ltda. (Confibra)**

**Aquisição:** Em 29 de julho de 2022, conforme divulgado em Fato Relevante, foi concluída a aquisição de 100% (cem por cento) das quotas representativas do capital social da Confibra Indústria e Comércio Ltda. ("Confibra"), empresa com atuação no mercado de telhas de fibrocimento desde 1973. O objetivo da aquisição está em linha com a estratégia da Companhia de crescimento e consolidação setorial. Além do aumento da capacidade produtiva, à aquisição, proporcionarão ganhos de sinergia, aumento da escala de produção da Companhia e ocupação da unidade da Eternit da Amazônia, que passará a fornecer fibra de polipropileno para a Confibra. O preço de aquisição da totalidade das quotas da Confibra e do terreno onde a unidade está instalada é de R\$ 110.000, pagos pela Companhia em uma única parcela através da assinatura do contrato. O pagamento de um preço adicional ("earn out") de até R\$ 10.000 (valor justo em 29 de julho de 2022 – R\$ 9.068) está vinculado ao atingimento de determinadas metas financeiras e operacionais, tendo o seu montante corrigido no período pelo IPCA/IBRGE até a data do seu vencimento. Com base na apuração realizada pela Companhia, houve o cumprimento das metas estabelecidas e, portanto, a parcela adicional *earn out* foi paga aos vendedores em 25 de abril de 23. Em 19 de dezembro de 2022, a Compradora notificou os Vendedores, para lhes informar que o valor do Ajuste de Preço, calculado nos termos do Contrato e do 1º Aditamento, corresponde a um saldo positivo para os Vendedores no montante de R\$ 25.295 decorrente do capital de giro. Assim, o valor adicional apurado pelos Vendedores, fruto do capital de giro foi acrescido ao preço de compra no 4722. Dessa forma, a Companhia revisou o valor do preço total de compra, que após o ajuste do capital de giro somada a parcela adicional do *earn out* totalizou R\$ 144.363.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Preço de aquisição	110.000	110.000
Valor justo da parcela contingente ( <i>earn out</i> )	8.068	25.295
Ajuste de preço – capital de giro	(110.000)	(110.000)
(-) parcela paga à vista	(25.295)	(25.295)
(-) parcela paga relativa ao ajuste de preço	–	–
(-) Earn Out pago em abril/23	(9.068)	(9.068)
<b>Saldo a pagar</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

**Valor justo dos ativos e passivos identificados:** Foi elaborado na data de 30 de setembro 2022 estudo preparado por especialista independente de acordo com o requerido no CPC 15/IFRS 3 – Combinação de Negócios para a avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e segregação do ágio, utilizando as demonstrações contábeis da época da aquisição para a alocação do preço de compra, o qual demonstramos abaixo:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
<b>Preço de aquisição</b>	<b>144.363</b>	<b>144.363</b>
(-) Valor pago na data de aquisição	(110.000)	(110.000)
(-) parcela paga relativa ao ajuste de preço	(25.295)	(25.295)
(-) Earn Out pago em abril/23	(9.068)	(9.068)
<b>Valor a pagar</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
	381	381
Contas a receber de clientes	25.184	25.184
Imposto a recuperar	2.424	2.424

**Realiz. do Lucro não realizado nos estoques**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
	1.852	1.852

**Resultado do exercício**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
	99.999	99.999

**Participação adquirida**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
	100%	100%

**Investimentos nas controladas:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
	–	–

**Ativos**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
	381	381
Contas a receber de clientes	25.184	25.184
Imposto a recuperar	2.424	2.424

**Resultado do exercício**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
	99.999	99.999

**Realiz. do Lucro não realizado nos estoques**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
	1.852	1.852

**Resultado do exercício**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
	99.999	99.999

**Participação adquirida**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
	100%	100%

**Investimentos nas controladas:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
	–	–



... continuação

o TST, que foi admitido em parte e, nessa parte, atribuído efeito suspensivo. Desta decisão, na parte inadmítida, a Companhia interpôs agravo de instrumento perante o TST, sendo que, o recurso está pendente. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho, tendo sido julgada parcialmente procedente. Ambas as partes apresentaram recurso ordinário. Parte desta decisão foi considerada como provável no que diz respeito à obrigação de custear assistência médica a quem demonstrar portar doença relacionada ao amianto e possível o risco de condenação à obrigação de custear assistência médica a todos os ex-empregados independentemente de prova de doença relativa ao amianto. Em dezembro de 2021, foi negado provimento ao Recurso Ordinário interposto pela Eternit para condená-la ao custeio das despesas de deslocamento de ex-trabalhadores para a cidade do Rio de Janeiro, comprovadamente necessários ao acesso à integral assistência à saúde, qualquer que seja o domicílio dos beneficiários. Ambas as partes opuseram Embargos de Declaração que aguardam julgamento; **d)** Ação Civil Pública consumerista no montante de R\$ 3.004, na qual a Administração do Grupo reconheceu provisão pelo mesmo montante, ajustada pelo Ministério Público Estadual do Estado do Rio de Janeiro, visando a proibição da comercialização e fabricação dos produtos que contenham amianto em sua composição no estado do Rio de Janeiro. Em 23 de janeiro de 2021, foram apresentados Recurso Especial e Extraordinário em face do acórdão, os quais foram inadmitidos em sede de juízo de admissibilidade. Em razão da referida decisão, foram interpostos Agravo em Recurso Especial e Agravo em Recurso Extraordinário. Ao Agravo em Recurso Extraordinário foi negado provimento, razão pela qual foram opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados. O Agravo em Recurso Especial foi autuado no STJ e aguarda julgamento. **(ii)** Na área tributária as principais provisões englobam: **a)** Cobrança de IPI na aquisição de produtos isentos, e itens sujeitos à alíquota zero; **b)** Diferença de aliquotas recolhidas para o INSS. **(iii)** Ações cuja probabilidade de perda é possível: Em 31 de dezembro de 2023, havia reclamações trabalhistas, processos civis, processos tributários e administrativos contra a Companhia, para os quais os consultores jurídicos classificaram como possível perda e que podem ser mensurados confiavelmente no montante consolidado de R\$ 248.624 e, portanto, não foi registrada nenhuma provisão. Para essas reclamações e processos. Adicionalmente, a Administração da Companhia em conjunto com seus consultores jurídicos, revisou suas estimativas e controles, no intuito de aprimorar a avaliação do prognóstico das causas e da mensuração com base no entendimento das reclamações e processos. Adicionalmente, tratavam contra a Companhia as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foi considerada como possível pelos consultores jurídicos e onde, até à presente data, alguns valores não são mensuráveis: **a)** Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, bem como ação popular com o mesmo objeto das ações civis públicas, cujo valor do pedido das ações corresponde a R\$ 50.000. A Ação civil pública referente à saúde foi julgada parcialmente procedente com a condenação da Companhia em R\$ 500.000, a título de dano moral coletivo entre outros. O Grupo apresentou recurso contra a decisão de primeira instância, que se encontra pendente de julgamento; A ação de natureza ambiental foi julgada parcialmente procedente com a condenação em R\$ 31.423, a título de dano moral coletivo entre outros, tendo sido apresentado recurso perante o Tribunal Regional Federal, julgado parcialmente procedente para a retratação de algumas obrigações acessórias, mantendo a condenação de dano moral coletivo. Em seguida, foi negado provimento aos Embargos de Declaração opostos e, por fim, foram apresentados Recurso Especial e Recurso Extraordinário, ainda pendentes de julgamento; **b)** Ação Civil Pública e uma ação popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada SAMMA. No caso da Ação Popular, foi proferida sentença em 13 de dezembro de 2022, julgando extinto o processo sem resolução do mérito, sob a justificativa de que a ação popular não seria a via adequada para pleitear a inconstitucionalidade de lei em tese. Em razão da remessa necessária, aguarda-se o julgamento pelo TJGO; **c)** Partes da decisão julgada em segunda instância do processo mencionado no item "b", desta nota foram consideradas como perda possível pelos assessores jurídicos do Grupo; **d)** Em 2017, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho uma Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho do Estado do Paraná. Nesta ação, são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de dano moral coletivo no valor de R\$ 85.000. Esta ação foi julgada parcialmente procedente, exclusivamente para impor a Eternit que deixe de utilizar o amianto crisolita em sua atividade empresarial e dê destinação a resíduos. Os pedidos indenizatórios foram julgados improcedentes. Cabe ressaltar que o Grupo descontinuou o uso do amianto crisolita como matéria-prima na produção da fábrica do Paraná desde novembro de 2017. Conforme Fato Relevante divulgado em 28 de novembro de 2018, foram julgadas improcedentes as indenizações a título de dano moral coletivo no valor de R\$ 85. O MPT apresentou recurso ordinário que não foi acolhido. Interpuseram Agravo de instrumento em razão do não conhecimento do recurso, o qual foi julgado procedente para devolver os autos à primeira instância para análise dos embargos de declaração opostos pelo MPT. Em março de 2020, referidos embargos de declaração foram rejeitados e o MPT apresentou recurso ordinário, que foi rejeitado. O MPT interpleurou recursos de revista, o qual foi parcialmente admitido pela Presidência do TRT-9. Contra a parcela da decisão que inadmitiu seu recurso, o MPT opôs embargos de declaração. Eternit apresentou contrarrazões ao recurso de revista. Os autos foram remetidos à conclusão do Desembargador Vice-Presidente, em 13 de novembro de 2021. Em 25 de janeiro de 2022, proferida decisão rejeitando os Embargos de Declaração do MPT. Em 22 de fevereiro de 2022, o MPT interpôs Agravo de Instrumento contra a parcela da decisão que inadmitiu seu Recurso de Revista. Em 17 de março de 2022, Eternit apresentou Contraminuta ao Agravo. Autos recebidos no TST, pendentes de julgamento; **e)** Em 2017, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho da Bahia. Nesta ação, são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de dano moral coletivo no valor de R\$ 225 milhões. A ação encontra-se em fase de instrução. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA, outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho, que se encontra em fase judicial. **(f)** Em 2017, o Município de Minas Gerais ajuizou Ação Civil Pública contra o TST, - Tramite portas Scatuzzi Ltda., Eternit S/A e Sama S/A, perante a 7ª Vara do Trabalho de Santos/SP. Nesta ação, discute-se assuntos referentes à exportação da matéria-prima (fibra crisolita) pelo Porto de Santos, além do pedido de indenização, a título de dano moral coletivo, no valor de R\$ 5 milhões. A ação foi julgada parcialmente procedente, com a proibição de exportação da fibra de crisolita via Santos, Guarujá e Cubatão, além da condenação ao pagamento de dano moral coletivo, confrontando duas decisões favoráveis à Eternit S/A proferidas pelo E. STF. Eternit S/A e Sama S/A apresentaram Recurso Ordinário perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Em 25 de agosto de 2022 foi publicado acórdão que deu parcial provimentos aos recursos para excluir da condenação o pagamento da indenização por dano moral. Eternit S/A e Sama S/A apresentaram Embargos de Declaração. Em 14 de outubro de 2022 foi publicado Acórdão que conheceu dos embargos, mas os julgou improcedentes. MPT e Eternit interpleuraram recursos de revista, pendentes de julgamento. Por reclamação constitucional, o STF determinou a cassação do acórdão para que outro seja proferido conforme ademp. que versa sobre transporte. Após retorno dos autos ao TRT-2, foi proferido acórdão que acolheu o recurso da Eternit e da SAMMA para julgar a ação improcedente. MPT interpôs recurso de revista, que não foi admitido. MPT interpôs agravo ao TST, pendente de julgamento. **(g)** Em 2021, o MPF ajuizou Ação Civil Pública perante a Justiça Federal em Goiás, em face da Eternit, Sama e outros, em que discute a inconstitucionalidade da Lei Estadual que permite a exploração minerária do amianto crisolita e busca a tutela jurisdicional para cancelamento dos direitos de lavra da Mina de Cana Brava que são detidos pela SAMMA. Foi deferida parcialmente a liminar requerida pelo MPF, para que a Sama suspendesse as atividades de extração, exploração, beneficiamento, comercialização, transporte e exportação de amianto crisolita, bem como, para que fossem suspensos os efeitos das autorizações do DNPM (ANM), para pesquisa, lavra e beneficiamento de amianto, concedidos à SAMMA, Eternit ou outras subsidiárias detentoras de tal título. Eternit e SAMMA interpleuraram agravo ao TRF1, que pendente de julgamento. Também em face da tal decisão, o Município de Minas Gerais ajuizou pedido de Suspensão de Liminar, o qual foi deferido para sustar os efeitos da mencionada liminar (até o trânsito em julgado da decisão de mérito da ação principal), autorizando a SAMMA a retomar as suas atividades na mina. O MPF interpôs agravo interno, o qual foi acolhido pelo STJ para declarar a competência do STF para discutir o assunto. Paralelamente, também foi formulado pedido ao STF de que a ação contra a decisão da Corte na ADI 6200. Foi concedida liminar para cassar a tutela de 1º grau. Os contrários judiciais para garantias de execução e depósitos recuais vinculados às provisões para riscos estão classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

**20 Patrimônio líquido**  
**(i) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado era de R\$ 438.082 (R\$ 438.082 em dezembro de 2022) e estava representado por 61.721.520 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, distribuído como demonstrado a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
<b>Composição acionária</b>				
Pessoas Físicas	23.547	29.784.316	25.942	30.550.653
Pessoas Jurídicas	119	1.097.727	148	1.283.177
Pessoas residentes no exterior	45	2.847.316	42	2.389.678
Clubes, fundos e fundações	65	27.992.161	110	27.543.279
	<b>23.776</b>	<b>61.721.520</b>	<b>26.242</b>	<b>61.766.787</b>
Ações em tesouraria	1	55.055	1	9.788
	<b>23.777</b>	<b>61.776.575</b>	<b>26.243</b>	<b>61.776.575</b>

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$ 1.000.000 em (bilhão de Reais), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão de ações e as demais condições das respectivas subscrições e integrações. **(ii) Ações em tesouraria:** Em 31 de dezembro de 2023, o valor de mercado das 55.055 mil ações em tesouraria era de R\$ 469 (R\$ 105 em 31 de dezembro de 2022 referente a 9.788 mil ações). **(iii) Resultado por ação:** A tabela a seguir reconcilia o lucro do exercício aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício atribuível aos controladores	127.181	137.602
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias em circulação, deduzida da média das ações ordinárias em tesouraria	61.722	61.767
Lucro básico e diluído por ação (R\$)	2,066	2,278

Não existe nenhum efeito diluente que deve ser considerado no cálculo anterior. **(iv) Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar:** O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2023, representam:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Juros sobre capital próprio	14.724	17.774
Dividendos	10.157	59
	<b>24.885</b>	<b>17.793</b>
	<b>24.881</b>	<b>17.763</b>

**(v) Subvenção para investimentos:** Em 31 de dezembro de 2023, foram registrados o montante de R\$ 4.388 referente incentivos fiscais (R\$ 11.311 em 31 de dezembro de 2022). **(vi) Destinação do resultado do exercício**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	127.181	137.602		
Constituição de Reservas:				
Legal	(6.359)	(6.880)		
Estatutária	(6.359)	(6.880)		
Subvenção de Investimento	(4.388)	(11.166)		
Retenção de lucros	(79.269)	(75.055)		
<b>Lucro disponível</b>	<b>(20.806)</b>	<b>(37.621)</b>		
Juros sobre o capital próprio propostos e pagos	(10.122)	(10.157)		
Dividendos obrigatórios proposto	(10.071)	(9.788)		
<b>Total</b>	<b>(30.806)</b>	<b>(37.621)</b>		
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	29.108	28.133		

**21 Imposto de Renda e Contribuição Social**  
**Política contábil:** A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, em função da exclusão de receitas ou adição de despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente nas empresas do Grupo com base nas aliquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("bônus diferidos") são reconhecidos no final de cada exercício, sobre as diferenças entre as bases contábil e fiscal dos ativos e passivos incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que o Grupo apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base na taxa de imposto esperada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas que foram promulgadas por lei tributária na data do balanço. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado. O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. A Companhia reconhece também os impostos e contribuições diferidos ativos sobre os saldos recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. A recuperabilidade dos impostos e contribuições diferidos é analisada periodicamente. **(i) A conciliação das taxas efetiva e nominal de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) é a seguinte:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	45.851	128.711	62.962	165.004
Aliquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
<b>Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda e de contribuição social, às aliquotas nominais</b>	<b>(15.589)</b>	<b>(43.762)</b>	<b>(21.407)</b>	<b>(56.101)</b>
<b>Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:</b>	<b>13.392</b>	<b>33.758</b>	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	13.392	33.758	-	-
Incentivo fiscal (a)	90	31	90	8.099
Juros sobre capital próprio	7.050	12.901	7.050	12.791
Provisão para bônus e honorários da diretoria	(1.754)	(1.540)	(2.551)	(1.540)
Efeitos Exercícios Anteriores Corrente	1.235	1.235	1.235	1.235
Reversão Incentivo (Desenvolve-BA e Produzir-GO)	1.492	3.846	1.492	3.846
Impairment	-	-	1.585	935
Constituição/compensação do prejuízo fiscal e base negativa	70.291	1.231	70.291	4.496
Efeito das diferenças temporárias não reconhecidas como imposto de renda e contribuição social diferidos	1.418	513	3.811	4.349

**22 Receita líquida**  
**Política contábil:** A receita é mensurada quando, ou à medida que, uma obrigação de desempenho (última etapa para reconhecimento da receita) for atendida, reconhecendo o seu preço de transação deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita na venda de produtos é reconhecida quando os critérios estabelecidos em contrato são atendidos, conforme o seguinte procedimento: **•** Identificar o contrato com o cliente; **•** Identificar obrigações de desempenho definidas em contrato; **•** Determinar o preço da transação; **•** Alocar o preço da transação e as obrigações de desempenho definidas em contrato; **•** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende as obrigações de desempenho definidas em contrato.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de venda de produtos e mercadorias	825.621	934.675	1.373.599	1.443.664
Descontos e abatimentos incondicionais	(2.907)	(1.946)	(4.885)	(2.040)
Impostos incidentes sobre as vendas (i)	(185.036)	(215.555)	(239.501)	(254.241)
	<b>637.678</b>	<b>717.174</b>	<b>1.129.213</b>	<b>1.187.383</b>

**(i)** Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 30.

**23 Custos e despesas operacionais**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados	(520.514)	(556.799)	(838.412)	(815.442)
Despesas com vendas	(51.078)	(54.963)	(115.423)	(108.640)
Despesas gerais e administrativas	(37.795)	(47.914)	(83.119)	(90.905)
Remuneração da Administração	(11.028)	(11.148)	(13.644)	(12.537)
	<b>(620.409)</b>	<b>(670.824)</b>	<b>(1.050.598)</b>	<b>(1.026.729)</b>
Matéria-prima consumida	(370.648)	(406.496)	(618.093)	(580.454)
Despesas com pessoal e encargos	(118.052)	(120.563)	(174.890)	(158.306)
Materiais, energia elétrica e serviços	(49.253)	(51.484)	(64.673)	(62.031)
Serviços de terceiros	(15.757)	(22.484)	(56.396)	(56.631)
Depreciação e amortização	(16.783)	(14.283)	(29.582)	(22.222)
Comissões sobre vendas	(14.860)	(18.681)	(24.892)	(25.266)
Despesas de vendas variáveis	-	-	(17.512)	(18.126)
Aluguel de bens móveis	(9.774)	(10.999)	(12.071)	(11.269)
Gastos de paradas	(1)	(64)	(8.023)	(1.402)
Despesas com viagens	(5.539)	(4.520)	(6.774)	(7.096)
Despesas com material e serviços de informática	(3.983)	(3.702)	(7.987)	(6.846)
Propaganda e publicidade	(2.078)	(1.131)	(2.447)	(1.947)
Contribuição para entidades de classe	(121)	(94)	(334)	(603)
Impostos e taxas	(2.943)	(3.393)	(4.033)	(4.169)
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(3.222)	(2.036)	(11.962)	(2.076)
Perda para redução ao valor realizável líquido dos estoques	(874)	560	(4.656)	(213)
Perda estimada para redução ao valor recuperável (i)	-	-	4.657	-
Substituição de produto avariado	(614)	(1.257)	(718)	(1.376)
Garantia de qualidade	(4.421)	(7.747)	(6.537)	(8.064)
Auxílio moradia	-	(11)	-	(11)
Outras	(1.486)	(2.439)	(1.675)	(58.93)
	<b>(620.409)</b>	<b>(670.824)</b>	<b>(1.050.598)</b>	<b>(1.026.729)</b>

**(i)** Reversão da provisão de impairment, conforme depreciação de bens provisionados

**24 Outras receitas (despesas) operacionais**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas operacionais: Venda de bens do imobilizado (i)	365	71	365	18.445
Aluguéis	-	-	583	579
Recuperação de tributos	351	3.117	2.598	6.882
Benefício ICMS crédito estímulo (ii)	-	-	12.223	18.708
Outros (iii)	9.434	648	11.823	3.641
	10.150	3.836	27.592	50.055

Outras despesas operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	990	2.916	98	1.899
Provisão para benefício pós-emprego	(3.162)	(3.191)	(6.412)	(7.326)
Recuperação Ambiental	-	-	(82)	(127)
Impostos e taxas	(85)	(122)	(210)	(511)
Gastos com indenizações trabalhistas e civis	(2.856)	(962)	(4.158)	(1.929)
Custo da baixa de imobilizado e intangível	(315)	(2.252)	(968)	(6.139)
Contribuições sobre incentivos fiscais	(979)	(742)	(2.134)	(2.277)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	47
Amortização PPA (iv)	-	-	(8.070)	-
Outras	(6.123)	(8.026)	(9.375)	(17.732)
	<b>(12.530)</b>	<b>(12.379)</b>	<b>(31.311)</b>	<b>(34.105)</b>
	<b>(2.380)</b>	<b>(8.543)</b>	<b>(3.719)</b>	<b>15.950</b>

**(i)** Leilão do imóvel da Precon Goiás e da unidade de Frederico Westphalen da Tégula constantes no Plano de Recuperação Judicial; **(ii)** Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais na controlada Eternit da Amazônia; **(iii)** Venda de créditos compulsórios da Eletrobras; **(iv)** Amortização bruta de mais valia (PPA) relativo a aquisição da Confibra;

**25 Resultado financeiro**  
**Política contábil:** A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre financiamentos (i)	(5.593)	(1.279)	(10.417)	(1.279)
Juros sobre mútuo	(3.070)	(3.256)	-	-
Juros passivos (ii)	(2.797)	(2.284)	(4.262)	(8.202)
Despesas bancárias	(2.132)	(2.881)	(3.957)	(4.505)
Descontos concedidos	(136)	(21)	(1.482)	(1.995)
IOF	(374)	(429)	(460)	(668)
Variações monetárias passivas	-	-	-	(48)
PIS e COFINS	-	-	-	(10)
Outras	(345)	(188)	(2.908)	(3.444)
	(14.447)	(10.338)	(23.486)	(20.151)

**Recitas financeiras**  
Rendimento aplicações financeiras – incluindo certificado de depósitos bancários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Juros ativos	62	186	103	222
Juros ativos	1.128	1.288	1.380	1.250
Variações monetárias ativas (iii)	4.320	417	5.763	5.237
Líquido de variações cambiais (iv)	510	61	(212)	(13.060)
Outras	-	2	62	8
	6.020	1.954	11.552	8.551
	<b>(6.427)</b>	<b>(8.384)</b>	<b>(11.934)</b>	<b>(11.600)</b>

Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/		

... continuação

Risco de queda de demanda, ii) Risco de prejuízo na produção e iii) Riscos associados ao crescimento. Todos esses riscos são monitorados pela área financeira da Companhia. **(ii) Risco cambial:** O risco cambial se refere a flutuações no valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo a esse risco refere-se, principalmente, às atividades operacionais envolvendo, contas a pagar e contas a receber em moeda estrangeira e variações nas taxas de câmbio, principalmente o dólar norte-americano frente ao Real. O risco cambial pode impactar significativamente o resultado financeiro da Companhia. A política de gestão de risco cambial do Grupo é fazer *hedge* de até 100% de sua exposição esperada, cujo objetivo é a manutenção do preço em reais negociado na venda por ocasião do recebimento. A Administração estabelece princípios para gestão de risco cambial, podendo fazer o uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos. Atualmente o Grupo utiliza instrumentos financeiros não derivativos do tipo Trava de Câmbio para proteger seu risco cambial atrelado ao contas a receber em moeda estrangeira, a maioria com vencimento inferior a 90 dias. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía a seguinte exposição a moedas diferentes da sua moeda funcional:

	Consolidado		Cotação em 31/12/2023	
	31/12/2023	31/12/2022	(US\$1,00 = R\$1,00)	
Clientes no mercado externo	112.013	132.565		4.840,7 \$
(-) Travas cambiais	(22.947)	-		
(=) Líquido clientes no mercado externo	89.066	-		
Fornecedores no mercado externo	(1.194)	(2.675)		4.841,3 \$
ACE – Adiantamento sobre cambiais de exportação	(68.165)	(20.139)		
<b>Total da exposição cambial</b>	<b>19.707</b>	<b>(109.751)</b>		

**Análise de sensibilidade:** Como a finalidade de medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo foram preparados quatro cenários de moeda estrangeira em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2023, conforme demonstrado a seguir:

		Taxa		Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
Saldos (moeda estrangeira)	Posição em	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV		
Consolidado	Risco	31/12/2023	(-50%)	(-25%)	(+25%)	(+50%)	
Clientes no mercado externo	USD	89.066	(44.533)	(22.266)	22.266	44.533	
USD	USD	4.841,3	2.420,7	3.631,0	6,0516	7,2620	
Fornecedores no mercado externo	USD	(1.194)	597	299	(299)	(597)	
4.841,3	2.420,7	3.631,0	6,0516	7,2620			

ACE – Adiantamento sobre cambiais de exportação USD (68.165) 34.083 17.041 (17.041) (34.083)

**Total das exposições** **19.707 (9.854) (4.927) 4.927 9.854**

**(iii) Risco de taxa de juros:** Risco de taxa de juros está associado ao valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro fluando devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Administração da Companhia gerencia esse risco através de projeções de caixa recorrentes, bem como projeções de resultados, além de aplicar uma política que mantém os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atreladas a taxas pós-fixadas que considera projeções do CDI para avaliar eventuais necessidades de caixa futura. As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	-	-	5.408	75.617
Empréstimos e financiamentos	(33.275)	(30.993)	(142.297)	(84.591)
(+) Empréstimos com taxa pré-fixada	-	-	29.523	-
(=) Líquido empréstimos e financiamentos	-	-	(112.774)	-
<b>Total da exposição à taxa de juros</b>	<b>(33.275)</b>	<b>(30.993)</b>	<b>(107.366)</b>	<b>(8.974)</b>

Administração da Companhia avalia periodicamente suas aplicações e equivalentes de caixa para evitar risco de perda, considerando a instabilidade da atual política monetária. **Análise de sensibilidade:** Como a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos equivalentes de caixa e empréstimos, a qual o Grupo estava exposto na data-base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos quatro cenários diferentes.

	Risco de redução		Risco de aumento			
Aplicações financeiras Consolidado	Posição em	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	
	Indexador	31/12/2023	(-50%)	(-25%)	(+25%)	(+50%)
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	CDI	5.408	(363)	(182)	182	363
<b>Total</b>		<b>5.408</b>	<b>(363)</b>	<b>(182)</b>	<b>182</b>	<b>363</b>

	Risco de redução		Risco de aumento			
Empréstimos Consolidado	Posição em	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	
	Indexador	31/12/2023	(-50%)	(-25%)	(+25%)	(+50%)
Empréstimos e financiamentos	CDI	(112.774)	7.578	3.789	(3.789)	(7.578)
<b>Total</b>		<b>(112.774)</b>	<b>7.578</b>	<b>3.789</b>	<b>(3.789)</b>	<b>(7.578)</b>

**(iv) Risco de crédito:** O Grupo está exposto principalmente ao risco de crédito referente a caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. O risco de crédito é minimizado por meio das seguintes políticas: **a) Contas a receber de clientes:** O Grupo minimiza seu risco de crédito pela venda fragmentada para um grande número de clientes. Esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito, está refletida na rubrica "Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber", conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4. **b) Depósitos à vista e aplicações financeiras:** O Grupo restringe os valores que possam ser alocados a uma única instituição financeira e analisa as classificações de risco (*ratings*) das instituições financeiras com as quais aplica os saldos de caixa e equivalentes de caixa. **(v) Riscos de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização e ou liquidação de seus direitos e obrigações. A tesouraria do Grupo monitora continuamente as previsões de exigência de liquidez para assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, através da escolha de instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez suficiente para fornecer margem conforma determinado pelas previsões acima mencionadas. **(vi) Gestão do capital:** Para manter o ajuste à estrutura de capital, o Grupo poderá rever a política de gestão de capital, a qual não é administrada ao nível da Controladora, mas em nível Consolidado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudança nos objetivos, políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2022.

**29 Compromissos e garantias**

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía as seguintes garantias: **(I)** Fiança bancária, no montante de R\$ 1.440, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do pagamento de execução fiscal nº 0486287-42.20009.8.09.0103, que tramita perante a Vara de Fazendas Públicas da Comarca de Minaçu, ajuizada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNP, firmado com a Sama S.A., com vencimento indeterminado; **(II)** Fiança bancária, no montante de R\$ 6.818, junto ao Banco Daycoval S.A. para garantia do financiamento à agência de Fomento Goiás, firmado em 16 de janeiro de 2023; **(iii)** Seguro garantia, no montante de R\$ 6.350, junto a Potencial Seguradora S.A. para amparar a ação anulatória nº 0068035-46.2015.4.03.6182 referente a cobrança de débitos fiscais de GSLL e COFINS, com vigência de 04 de maio de 2022 a 04 de maio de 2027; **(iv)** Seguro garantia, no montante de R\$ 374, junto a Potencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Simões Filho-BA), sendo a Eternit a tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023; **(v)** Em dezembro de 2014, a controlada Eternit da Amazônia firmou compromisso na ordem de R\$ 37.384, referente a cédula de crédito bancário, com o Banco da Amazônia, para implementar sua fábrica em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situadas no Rio de Janeiro/RJ, sendo seu valor de custo no montante de R\$ 62.500. **(vi)** Em 23 de fevereiro de 2018 a Eternit apresentou garantia com a fábrica Simões Filho no valor de R\$ 35.700 com sua vigência indeterminada a partir desta data para amparar a ação de execução de termo de ajuste de conduta nº 0000883-76.2017.5.05.0101. Mandado de penhora recebido em 06 de maio de 2022, atualizando o valor do imóvel penhorado para R\$ 58.000; **(vii)** Seguro garantia, no montante de R\$ 680, junto a Potencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Colombo-PR), sendo a Eternit como tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>Fausto de Andrade Ribeiro</b> Presidente do Conselho de Administração	<b>Louise Barsi</b> Marcelo Munhoz Auricchio	<b>Richard Doern</b> Luís Augusto Barcelos Barbosa
<b>Rodrigo Angelo Inácio</b>	<b>Vitor Mallmann</b>	<b>Jose Ricardo Reichert</b>

**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA**

O Comitê de Auditoria Não Estatutário da Eternit S.A. – em Recuperação Judicial (“Companhia”), em cumprimento às disposições regimentais, examinou as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes SS, sem ressalvas. Diante disso, bem como das informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do período, o Comitê de Auditoria Não Estatutário considera que os referidos documentos podem ser apreciados pelo Conselho de Administração, na forma apresentada.

Louise Barsi	São Paulo, 26 de fevereiro de 2024. Rogério Pires Bretas	Richard Doern
--------------	---	---------------

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Eternit S.A. – em Recuperação Judicial (“Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Eternit S/A. – em Recuperação Judicial, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes SS, sem ressalvas. Diante disso, bem como das informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do período, o Conselho Fiscal considera que os referidos documentos estão aptos.

Paulo Henrique Z. Funchal	São Paulo, 27 de fevereiro de 2024. Eurico dos Reis Rodrigues Frózes	Daniel André Stielor
---------------------------	---	----------------------

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial** | São Paulo-SP

**Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), identificadas com o relatório de auditoria e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 13 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que detalha o Plano de Recuperação Judicial da Companhia (“Plano”) aprovado em Assembleia Geral de Credores e os meios para recuperação judicial a serem utilizados pela Companhia que ainda continuam em curso. A continuidade operacional da Companhia e de suas controladas está atrelada à recuperação judicial. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

**Ênfase**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 19 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que informa que a Companhia e suas controladas são parte em diversas ações civis públicas, que aguardam decisão, relacionadas ao ambiente de trabalho, a doenças ocupacionais e a danos morais aos trabalhadores originados pelo uso do amianto. A probabilidade de perda para parte dessas ações, conforme divulgado na referida nota explicativa, foi considerada pelos assessores jurídicos da Companhia como provável, tendo sido constituída, para essa parte, provisão para perda. Não foram divulgados os valores estimados para alguns processos considerados como perda possível, onde os assessores jurídicos não conseguiram realizar a respectiva mensuração, conforme divulgado na referida nota explicativa. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

**Avaliação de valor recuperável do ativo intangível e ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)**

A Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de impairment) dos saldos do ativo intangível e ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) oriundo de combinação de negócios da Companhia e de suas controladas, conforme divulgado nas Notas Explicativas nº 7 e 12 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Considerando que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos e quanto à definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, esse tema foi considerado como um assunto significativo em nossa auditoria.

**Resposta da auditoria ao assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar a revisar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, em particular aquelas relacionadas às projeções de vendas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa, margem de lucro de todas as unidades geradoras de caixa;
- Avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC);
- Revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e

**Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial**

a beneficiária, com vigência de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023; **(viii)** Seguro Garantia, no montante de R\$ 1.054, junto a Potencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Rio de Janeiro-RJ), sendo a Eternit a tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 01 de Janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2024; **(ix)** Fiança Bancária, no montante de R\$ 327, junto ao Banco Daycoval, para garantir o aluguel da Sede Administrativa da Eternit, sendo a própria Eternit a tomadora e IMMOB III Fundo De Investimento Imobiliário – FII o beneficiário, com vigência até 30 de janeiro de 2024; **(x)** Fiança Bancária, no montante de R\$ 847, junto a Potencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica, sendo a TOMADORA, SAMA S.A. MINERAGIOS ASSOCIADAS, e a BENEFICIÁRIA, ATMO COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA., com vigência de 01 de janeiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024; **(xi)** Seguro Garantia no montante de R\$ 520, junto a Potencial Seguradora, destinada ao Processo Judicial nº 0068035-46.2015.4.03.6182, Processo Administrativo nº. 16306.000206/2009-81, 10880.968880/2010-99 e 10880.977187/2011-98, CDA nº 80.6.15.066685-39, 80.6.15.068746-00. Trata-se de execução fiscal para suposta cobrança de débitos perante a 5ª Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo, com vigência 12 de abril de 2021 a 12 de abril de 2026; **(xii)** Seguro Garantia no montante de R\$ 407, junto a Fairfax Seguradora S.A. para o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendido o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais, objeto da Execução Fiscal nº 0051104-28.2020.8.19.0001, promovida pela FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO em face do tomador, em trâmite perante a 1ª Vara de Fazenda Pública da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, com vigência de 19 de julho de 2021 a 19 de julho de 2026; **(xiii)** Seguro Garantia no montante de R\$ 332, junto a Fairfax Seguradora S.A. para o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendido o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais, objeto da Execução Fiscal nº 0015609-83.2021.8.19.0001, promovida pela FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO em face do tomador, em trâmite perante a 1ª Vara de Fazenda Pública da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, com vigência de 07 de julho de 2021 a 07 de julho de 2026; **(xiv)** Seguro Garantia no montante de R\$ 7.265, junto a Fairfax Seguradora S.A. para o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendido o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais, objeto da Ação Anulatória nº 5104951-09.2022.8.09.0051, promovida contra FAZENDA DO ESTADO DE GOIÁS pelo tomador, em trâmite perante a 1ª Vara de Fazenda Pública Estadual de Goiânia/GO, com vigência de 22 de março de 2023 a 21 de março de 2028; **(xv)** Garantia em duplicatas a receber (recebíveis) no Banco Daycoval de R\$ 12.000 para assegurar a operação de FINAME junto ao banco; **(xvi)** Os veículos resultantes do CCE no Banco Safra no valor de R\$ 11.334 estão em garantia junto ao banco para assegurar a operação.

**30 Subvenções governamentais**

**Política contábil:** As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas, essas subvenções são reconhecidas sistematicamente na rubrica “receita operacional líquida” e “outras receitas (despesas) operacionais” durante os exercícios nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. Ao realizar a transferência do resultado do exercício para o Patrimônio Líquido, os valores são direcionados conforme sua natureza, Subvenção para Investimento ou Subvenção de método de custeio, cujo valor consta agregado ao resultado do exercício. Os benefícios recebidos na forma de subvenção governamental são reconhecidos a partir da destinação do resultado do exercício para custeio de reserva de capital Subvenção para Investimento no Patrimônio Líquido. A Companhia e suas controladas possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os valores das subvenções governamentais totalizavam R\$ 22.123 (R\$ 31.314 em 31 de dezembro de 2022), conforme descrito a seguir: **(I)** Agência de Fomento Goiás S.A. empresa do Estado de Goiás – Fomentar. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve movimentação; **(II)** Programa de desenvolvimento industrial de Goiás – Produter. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o valor do benefício totalizou R\$ 4.208 (R\$ 5.761 em 31 de dezembro de 2022); **(III)** Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – Desenvolve. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o valor do benefício totalizou R\$ 2.19 (R\$ 6,84 em 31 de dezembro de 2022); **(IV)** Zona Franca de Manaus – Incentivo – Crédito Estimulo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, um montante de R\$ 9.169 foi utilizado (R\$ 11.825 em 31 de dezembro de 2022); **(v)** Zona Franca de Manaus – Incentivo – Crédito Presumido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, um montante de R\$ 4.527 foi utilizado (R\$ 6.882 em 31 de dezembro de 2022).

**31 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa**

A Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento que não afetaram caixa e equivalentes de caixa e essas atividades não foram incluídas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Compensação Dividendos x Mútuo	(6.350)	(13.246)
Compensação Dividendos x Fornecedor partes relacionadas	(30.043)	(11.866)
Imposto de renda retido sobre mútuo	-	(239)
<b>Total</b>	<b>(36.393)</b>	<b>(25.350)</b>

**32 Provisão para benefício pós-emprego**

**Política contábil:** A Companhia, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de assistência médica e assistência alimentícia aos ex-empregados. **i. Custo de aposentadoria e benefícios rescisórios:** Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados. No caso dos planos de aposentadoria de contribuição definida, o custo da concessão de benefícios é determinado pelo método da unidade de crédito projetada e a avaliação atuarial é realizada ao final do período anual de apresentação de relatório. A remensuração, que inclui ganhos e perdas atuariais, o efeito das mudanças no teto do ativo (se aplicável) e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros), é refletida imediatamente no balanço patrimonial como um encargo ou crédito reconhecido em outros resultados abrangentes no período em que ocorrem. A remensuração reconhecida em outros resultados abrangentes é refletida imediatamente em lucros acumulados e não será reclassificada para o resultado. O custo de serviços passados é reconhecido no resultado no período de ocorrência de uma alteração de plano. Os juros líquidos são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Os custos de benefícios definidos são classificados como segue: • Custo de serviços (incluindo custo de serviços correntes, custo de serviços passados e ganhos e perdas sobre reduções e liquidações); • Despesa ou receita financeira líquida; • Remensuração. Ganhos e perdas de redução são contabilizados como custos de serviços passados. A obrigação de benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o déficit ou excedente real nos planos de benefícios definidos pela Companhia. Qualquer excedente resultante desse cálculo é limitado ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições dos planos ou reduções em contribuições futuras aos planos. Um passivo decorrente de um benefício rescisório é reconhecido quando a entidade não consegue mais retirar a oferta do benefício rescisório ou quando o Grupo reconhece quaisquer custos de reestruturação relacionados, dos dois o que ocorrer antes. **ii. Benefícios a empregados no curto prazo e outros benefícios a empregados no longo prazo:** Um passivo de benefícios a empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços. Passivos de benefícios no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços. Passivos de outros benefícios a longo prazo são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros que se estima que sairão do Grupo referentes aos serviços efetuados pelo empregado até a data de reporte. **iii. Contribuições de empregados ou terceiros a planos de benefícios definidos:** Contribuições discricionárias realizadas por empregados ou terceiros reduzem o custo sobre o pagamento dessas contribuições para o plano. Quando os termos formais dos planos determinam que contribuições serão feitas pelos empregados ou terceiros, a contabilização depende das contribuições estarem relacionadas ao serviço ou não, conforme segue: • Se as contribuições não estiverem vinculadas ao serviço (por exemplo, é necessário efetuar contribuições para reduzir um déficit resultante de perdas sobre os ativos do plano ou de perdas atuariais), elas afetam a reavaliação do passivo (ativo) associado com o benefício definido líquido; • Se as contribuições estiverem vinculadas

ao serviço, elas reduzem os custos do serviço. Se o valor da contribuição depender do tempo (anos) de serviço, a entidade deve atribuir as contribuições ao período de serviço utilizando o método de atribuição exigido no parágrafo 70 da IAS 19/PCP 33 (para os benefícios brutos). Se o valor da contribuição for independente do tempo (anos) de serviço, a entidade pode reduzir o custo do serviço no período em que o serviço relacionado é prestado, ou reduzir o custo do serviço, atribuindo as contribuições ao período de serviço do empregado. As premissas e os cálculos foram revisados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O impacto referente a remensuração dos planos reconhecido na demonstração de outros resultados abrangentes corresponde a uma perda atuarial de R\$ 2.571 na controladora e uma perda atuarial de R\$ 2.449 no consolidado. **iv. Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios:**

	31/12/2023	31/12/2022
Mortalidade geral	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Taxa esperada de inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.
	9,46% a.a. Sama (Alimentação)	10,15% a.a. Sama (Alimentação)
	9,52% a.a. Sama (Saúde)	10,19% a.a. Sama (Saúde)
Taxa nominal de desconto	9,52% a.a. Eternit	10,19% a.a. Eternit
Aging fator	1,50% a.a.	1,50% a.a.
Taxa real de inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Rotatividade	NA	NA
Crescimento real do benefício	Inflação	Inflação

**v. Passivo dos planos de benefícios pós-emprego**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	3.227	3.191	6.927	6.947
Não circulante	29.970	29.399	61.119	61.241
<b>Total</b>	<b>33.197</b>	<b>32.590</b>	<b>68.046</b>	<b>68.188</b>

**a) Mudanças nas obrigações de benefícios e seus valores presentes definidos do plano em 2022:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo atuarial líquido no início do exercício	32.590	39.868	68.188	81.624
Custo dos juros e serviços do exercício	3.162	3.920	6.593	(4.939)
Benefícios pagos	(5.125)	(4.387)	(9.185)	(8.497)
Ajustes de experiência (*)	2.570	(6.811)	2.450	-
<b>Passivo atuarial líquido no final do exercício</b>	<b>33.197</b>	<b>32.590</b>	<b>68.046</b>	<b>68.188</b>

(\*) Valor reconhecido em outros resultados abrangentes. **(f)** Análise de sensibilidade:

	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas		
Controladora	Real	Aumento (0,5%)	Redução (0,5%)
Impacto na obrigação com benefício líquida	33.197	NA (607)	607
<b>Varição</b>		<b>-1,83%</b>	<b>1,83%</b>